

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/23309	30242/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DCQV - DPSBE - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação a aprovação da Minuta de Protocolo de Colaboração com as Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus, no âmbito das respostas aos Cuidadores Informais.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

Miguel António Carvalho Soares Caldas (1 / 3)
Diretor de Divisão
Divisão de Saúde e Bem-Estar
Data: 23/07/2025
HASH: 6f24694b3194e2542106a6b834f534



Maria Sarmelo de Macedo Araújo (2 / 3)
Deputada Presidente
Data: 23/07/2025
HASH: 682c686b113cae766374d617b5034f



Ricardo Bruno Antunes Machado Rio (3 / 3)
Presidente da Câmara Municipal
Data: 23/07/2025
HASH: 225f28b0a31c3724ea3d793f72833955



MINUTA
PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO INSTITUCIONAL
ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA
E A
IRMÃS HOSPITALEIRAS DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS

MUNICÍPIO DE BRAGA, pessoa coletiva de direito público número 506 901 173, com sede na Praça Municipal, da cidade de Braga, representado pelo **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, que outorga na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, com poderes legais para representação neste ato nos termos da alínea f) do n.º 2 e da alínea a) do n.º 1, ambos do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, doravante designado por **Município de Braga**.

E

IRMÃS HOSPITALEIRAS DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, pessoa coletiva com o número de identificação 500 989 001, com sede na Rua Prof. Luís da Cunha Gonçalves, N.º 5 – 1º Esquerdo, 1600-826 Lisboa, neste ato devidamente representada por **Paula Jacinta Moreira Gonçalves Carneiro**, doravante designada por **Irmãs Hospitaleiras**.

CONSIDERANDO QUE:

A) A prestação de cuidados permanentes, ou regulares, a uma pessoa dependente é uma tarefa complexa, exigente e de grande sobrecarga psicológica, sendo por isso fundamental que existam respostas específicas de apoio, capazes de promover a saúde e a qualidade de vida do/a cuidador/a informal, dotando-o/a de conhecimentos e competências necessárias para um cuidado otimizado à pessoa dependente;

B) Sendo particularmente exigentes os desafios inerentes ao papel de cuidador/a informal, para quem a tarefa de cuidar acaba por conferir uma mudança radical no quotidiano, torna-se fundamental valorizar e reconhecer o seu papel ao nível da coesão social, saúde e bem-estar.

C) Os Municípios dispõem de atribuições no domínio da saúde e ação social, nos termos do disposto no artigo 23º, alíneas g) e h) do nº 2 do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais;

D) Compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à informação e defesa dos direitos do cidadão, bem como, apoiar as atividades de natureza social ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças, nos termos do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alíneas o) e u), do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais;

E) A atribuição de apoios financeiros por parte deste Município a Entidades e organismos que prossigam fins de interesse público municipal, designadamente Associações, Instituições Particulares de Solidariedade e outras para o desenvolvimento de projetos ou atividades, encontra-se regulada na Parte F, do Código Regulamentar do Município de Braga;

G) No concelho de Braga, foram identificadas carências significativas no apoio aos cuidadores informais, pelo que, torna-se essencial a criação de respostas estruturadas e sustentadas. Para esse efeito, prevê-se o estabelecimento de parcerias com diversas Entidades detentoras de conhecimentos técnicos e especializados nesta matéria, visando reforçar a capacidade de intervenção e garantir um acompanhamento adequado, contínuo e de proximidade a estes cuidadores.

F) No âmbito das suas competências na área da saúde, o Município de Braga criou o Gabinete Municipal de Saúde, no qual se integram iniciativas como o Programa de Capacitação para Cuidadores Informais e o Gabinete de Apoio ao Cuidador Informal, que visam promover respostas adequadas às necessidades dos cuidadores informais, através da sua capacitação para o ato de cuidar, da melhoria da sua qualidade de vida e do apoio à continuidade de equipas de cuidado domiciliário;

G) As Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus, são uma Instituição Particular de Solidariedade Social, legalmente constituída sob a forma fundação de solidariedade social, que se dedica, sem fins lucrativos, entre outras atividades, à prevenção e proteção da saúde através da prestação de cuidados de medicina preventiva e curativa na área da psiquiatria e saúde mental, possuindo, também, uma resposta específica no âmbito do apoio aos cuidadores informais e dirigindo a sua ação, preferencialmente, às camadas da população mais desfavorecidas;

H) A presente parceria constitui um programa de carácter experimental no âmbito das respostas municipais destinadas aos cuidadores informais, aceitando-se a possibilidade de alargamento a outras entidades que desenvolvam atividades idênticas ou complementares na área do apoio aos cuidadores, mediante demonstração ao Município de Braga da sua experiência técnica, capacidade de intervenção e relevância social;

I) Para a prossecução dos seus fins, as Irmãs Hospitaleiras estão legitimadas a celebrar acordos de cooperação com o Estado e com Entidades Públicas e Privadas, sendo responsáveis pela direção e gestão de diversos estabelecimentos em várias regiões do País, designadamente a Casa de Saúde do Bom Jesus, situada no concelho de Braga, que disponibiliza respostas na área do cuidado junto dos cuidadores informais e seus dependentes, com resultados amplamente reconhecidos e eficazes, sendo, assim, detentores experiência e saber necessário para a prestação de apoio nas referidas áreas;

I) As Irmãs Hospitaleiras encontram-se inscritas no Registo das Entidades Candidatas a Apoios Municipais (RECAM), nos termos e ao abrigo do disposto no art.º F-1/6.º do Código Regulamentar do Município de Braga;

Assim:

É celebrado o presente Protocolo de Colaboração Institucional, recíproca, livremente e de boa-fé, nos termos e sob as cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

(Objeto)

1. O presente Protocolo tem por objeto estabelecer os termos e condições da cooperação entre o Município de Braga através do Gabinete de Apoio ao Cuidador Informal e as Irmãs Hospitaleiras visando assegurar uma adequada resposta às necessidades dos cuidadores informais e seus dependentes, no concelho de Braga.

2. Para efeitos do disposto no número anterior, a cooperação ora estabelecida concretiza-se, designadamente, pela criação e operacionalização de uma equipa de apoio domiciliário, bem como pela promoção de atividades, ações formativas e demais iniciativas direcionadas aos cuidadores informais, com o propósito de valorizar o seu papel, capacitar para o ato de cuidar e melhorar as suas condições de vida.

3. Com a celebração do presente protocolo, o Município de Braga pretende, ainda, avaliar o impacto, eficácia e eficiência das respostas prestadas no âmbito desta cooperação, prevendo-se, em caso de sucesso, o alargamento a outras instituições devidamente habilitadas para o efeito, de forma a abranger o maior número de cuidadores informais e dar resposta às suas necessidades.

Cláusula Segunda

(Finalidades)

O Município de Braga e as Irmãs Hospitaleiras estabelecem como finalidades comuns as seguintes:

- a. Promover a literacia da comunidade em geral no que diz respeito ao papel do/a cuidador/a informal;
- b. Promover a capacitação do/a cuidador/a informal para o ato de cuidar, através do conhecimento da doença e do aumento da literacia em saúde;
- c. Assegurar um atendimento de proximidade, que contribua para a redução da sobrecarga física, emocional e social associada à tarefa de cuidar;
- d. Fomentar o bem-estar da pessoa cuidada, através da melhoria da eficiência e eficácia da intervenção do/a cuidador/a;

- e. Facilitar a Integração do/a cuidador/a informal numa rede de apoio especializada;
- f. Informar e esclarecer os cuidadores informais sobre os seus direitos, deveres e necessidade;
- g. Incentivar a comunicação e cooperação entre cuidadores formais e informais, promovendo a partilha de experiências, boas práticas e apoio mútuo;
- h. Promover a criação e dinamização de grupos psicoeducativos e grupos de ajuda mútua.
- i. Estimular a criação de respostas de substituição e descanso para os cuidadores informais, contribuindo para a sua saúde física e mental.

Cláusula Terceira

(Obrigações do Município de Braga)

1. No âmbito do presente protocolo, o Município de Braga compromete-se a:

- a) Atender, selecionar e encaminhar os cuidadores informais que, junto do Gabinete Municipal de Apoio ao Cuidador Informal, procurem respostas às suas necessidades, para que possam ser, após a devida avaliação, integrados na respetiva rede de prestação de cuidados prestados pela equipa multidisciplinar criada para esse efeito pelas Irmãs Hospitaleiras;
- b) Definir critérios de prioridade dos cuidadores identificados nos termos da alínea a), para efeitos de acesso às respostas prestadas pela Irmãs Hospitaleiras, assegurando a equidade e a adequação das intervenções.

2. Contribuir com a verba de 25.000,00€ (vinte e cinco mil euros), com vista a colaborar com as Irmãs Hospitaleiras na criação e operacionalização da resposta social para, pelo menos, 35 (trinta e cinco) cuidadores informais e seus dependentes (no âmbito da saúde mental), reconhecendo-se que este montante representa apenas uma contribuição parcial do custo total da implementação da referida resposta.

Cláusula Quarta

(Obrigações das Irmãs Hospitaleiras)

Compete às Irmãs Hospitaleiras:

1. Criar equipa(s) multidisciplinar(es) de cuidados dirigida(s) aos cuidadores informais e respetivo dependentes, constituída por psicólogos, fisioterapeutas, enfermeiros e terapeutas ocupacionais;
2. Integrar, no âmbito desta cooperação, pelo menos 35 (trinta e cinco) cuidadores informais e seus dependentes garantindo-lhes o acompanhamento adequado e a prestação do necessário apoio e resposta às solicitações, nas áreas de intervenção da equipa multidisciplinar, designadamente:
 - a) Prestar cuidados domiciliários, tais como auxílio nos cuidados de higiene do dependente e apoio nas atividades da sua rotina diária, cuidados de enfermagem, fisioterapia, apoio psicológico (ao cuidador informal e ao dependente);
 - b) Substituir os cuidadores em períodos de ausência com vista a permitir o seu descanso e recuperação física e mental, bem como permitir adequada gestão da vida pessoal e profissional do cuidador;
 - c) Ministrando formação aos cuidadores, nas diferentes áreas de intervenção, tais como prestação de cuidados de higiene, enfermagem e atividades de vida diária do dependente, otimizando os seus conhecimentos e proporcionando melhor qualidade de vida, quer ao cuidador, quer ao dependente.
3. Respeitar e aplicar, no âmbito da sua atuação, os critérios de prioridade no acesso às respostas disponibilizadas, de acordo com o determinado e comunicado pelo Município de Braga, garantindo a adequada hierarquização das situações dos cuidadores informais e respetivos dependentes;
4. Promover, com periodicidade anual, uma iniciativa de carácter informal e convívio social, dirigida aos cuidadores informais e às pessoas por eles cuidadas, destinada à divulgação de respostas, recursos disponíveis e metodologias inovadoras no domínio do apoio ao cuidador informal;
5. Prestar apoio, técnico e especializado, através da sua equipa multidisciplinar, ao Gabinete de Apoio ao Cuidador Informal do Município de Braga;

6. Colaborar na capacitação dos recursos humanos do Município de Braga envolvidos no âmbito deste protocolo;
7. Cumprir integral e pontualmente todas as demais obrigações por si assumidas e previstas no presente protocolo.

Cláusula Quinta **(Comparticipação Financeira)**

O Município de Braga, nos termos e ao abrigo do disposto na Parte F do Código Regulamentar do Município de Braga, designadamente nos artigos F-1/1º e F-1/2º, compromete-se a efetuar a transferência da verba global estipulada, no n.º 2, da cláusula terceira, do presente protocolo, da seguinte forma:

- Pagamento da primeira tranche (90% do montante) logo após o momento da assinatura do protocolo de colaboração;
- Pagamento da segunda e última tranche (10% do montante) a efetuar no termo da vigência do presente protocolo, condicionada à entrega e aprovação do relatório final de avaliação, no qual devem constar indicadores de impacto quantitativos e qualitativos do cumprimento das obrigações por si assumidas.

Cláusula Sexta **(Afetação da Verba)**

1. A verba global transferida no âmbito do presente protocolo é obrigatoriamente afeta à prossecução dos fins a que se destina, não podendo ser utilizada para outros, sob pena de rescisão unilateral e imediata deste protocolo por parte do Município de Braga.

2. Caso se verifiquem situações de aplicação irregular da verba transferida e/ou informação insuficiente sobre aplicação da mesma, as Irmãs Hospitaleiras ficam obrigadas a restituir ao Município, os montantes indevidamente aplicados.

Cláusula Sétima **(Monitorização)**

1. O acompanhamento e o controlo deste Protocolo são feitos pelo Município de Braga, assistindo-lhe o direito de fiscalizar e monitorizar, em qualquer momento, a execução da resposta prestada pela Irmãs Hospitaleiras nos termos aqui previstos.

2. As Irmãs Hospitaleiras devem apresentar, no termo do prazo de vigência do presente protocolo, relatório final de avaliação, no qual devem constar indicadores de impacto quantitativos e qualitativos do cumprimento das obrigações por si assumidas.

Clausula Oitava **(Gestão do Protocolo)**

São designados como Gestores deste protocolo, que terão a função de acompanhar a execução deste, o Chefe da Divisão de Promoção da Saúde e Bem-Estar, por parte do Município de Braga e a Diretora Gerente, por parte das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus.

Cláusula Nona **(Confidencialidade e Dados Pessoais)**

1. O Município de Braga e as Irmãs Hospitaleiras obrigam-se a preservar a confidencialidade dos dados pessoais a que tenham acesso ou que lhes tenham sido transmitidos no âmbito da execução da presente parceria, bem como a tomar todas as medidas técnicas e organizativas adequadas à sua proteção nos termos previstos no Regulamento Geral de Proteção de Dados, aprovado pelo Regulamento n.º 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, e de acordo com o disposto na Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução na ordem jurídica nacional.

2. Para efeitos da presente cláusula, entende-se por confidencial toda a informação trocada entre o Município de Braga e as Irmãs Hospitaleiras, direta ou indiretamente relacionada com a execução do presente Protocolo.

3. Não se considera confidencial a informação que:

- a) Já seja do conhecimento público à data da sua comunicação;
- b) Se torne pública por qualquer meio que não constitua violação das obrigações de confidencialidade assumidas;
- c) Seja divulgada com o consentimento prévio, expresso e escrito do titular dos dados e de ambas as partes;
- d) Tenha de ser obrigatoriamente divulgada por força de disposição legal, decisão judicial, por solicitação de autoridade judicial ou entidade administrativa.

4. Toda a informação considera confidencial, trocada entre o Município de Braga e as Irmãs Hospitaleiras, obriga a parte recetora, nomeadamente, a:

- a) Manter o carácter sigiloso da informação recebida;
- b) Evitar por todos os meios que a mesma seja divulgada a terceiros;
- c) Usá-la única e exclusivamente para os fins do presente Protocolo.

5. O Município de Braga e as Irmãs Hospitaleiras obrigam-se ao estrito cumprimento das obrigações legais vigentes em matéria de proteção de dados pessoais.

Cláusula Décima

(Incumprimento e Rescisão do Protocolo)

A falta de cumprimento do presente Protocolo ou o desvio dos seus objetivos por parte das Irmãs Hospitaleiras constitui justa causa de rescisão, podendo implicar a devolução ao Município de Braga dos montantes recebidos ao abrigo deste Protocolo.

Cláusula Décima-Primeira

(Produção de Efeitos, Duração, Alteração e Revogação)

1. O presente protocolo produz efeitos a partir do dia seguinte ao da sua assinatura pelas partes.

2. A vigência do presente Protocolo é de 1 (um) ano, contado a partir da data de entrada em vigor, podendo ser renovado por igual período de tempo, por acordo expresso e escrito de ambas as partes.

3. Durante o período de vigência, poderão ser introduzidas alterações ao presente Protocolo, as quais deverão ser objeto de acordo expresso e mútuo

entre as partes e formalizadas por escrito, passando a fazer parte integrante do mesmo.

4. O presente Protocolo poderá ser revogado a qualquer momento mediante acordo expresso e mútuo das partes, devendo a revogação ser formalizada por escrito para que produza efeitos jurídicos.

Cláusula Décima-Segunda (Omissões e Dúvidas)

As dúvidas suscitadas pela aplicação deste Protocolo e as omissões são esclarecidas por comum acordo entre as partes signatárias, dentro do princípio geral da interpretação mais favorável à prossecução das finalidades expressas.

Cláusula Décima- Terceira (Cabimento e Compromisso)

A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente a este protocolo, está determinada na informação de cabimento n.º xxxx e informação de compromisso n.º xxxx do Orçamento do Município

Por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma.

Feito em Braga aos xxx dias do mês de xxxxxx de 2025

Pelo Município de Braga,

(Ricardo Rio)

Pelas Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus,

(Paula Carneiro)